

ITR

Revisitando o ITR em Tempos de Ajustes Fiscais

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é um tributo federal que busca promover a justiça tributária e fundiária no Brasil. Mas, apesar da boa intenção, o ITR tem se mostrado ineficaz, tanto na arrecadação quanto no cumprimento de seus objetivos extrafiscais.



por Gustavo Noronha

Diretor de Gestão Estratégica do INCRA



Diagnóstico da Baixa Arrecadação do ITR

Arrecadação Mínima

Em 2022, o ITR arrecadou apenas R\$ 2,76 bilhões, representando menos de 0,13% da receita da Receita Federal do Brasil (RFB).

Comparação com o IPTU

O IPTU de São Paulo gerou R\$ 9,94 bilhões no mesmo ano, mostrando uma grande disparidade na arrecadação.





Razões para a Ineficácia do ITR

1 *Subavaliação do VTN*

O uso do Valor da Terra Nua (VTN) autodeclarado pelos contribuintes leva à subavaliação da base de cálculo do imposto.

2 *Índices de Produtividade Obsoletos*

Os índices de produtividade, definidos na década de 1970, não refletem os avanços tecnológicos e a eficiência agrícola atual.

3 *Tamanho do Módulo Fiscal Desatualizado*

O módulo fiscal, utilizado para determinar o tamanho mínimo de uma propriedade rural, também está desatualizado, impactando o cálculo do GUT e GEE.



Possibilidades de Aumento da Arrecadação

Utilizar o Valor da Terra Apurado pelo Incra

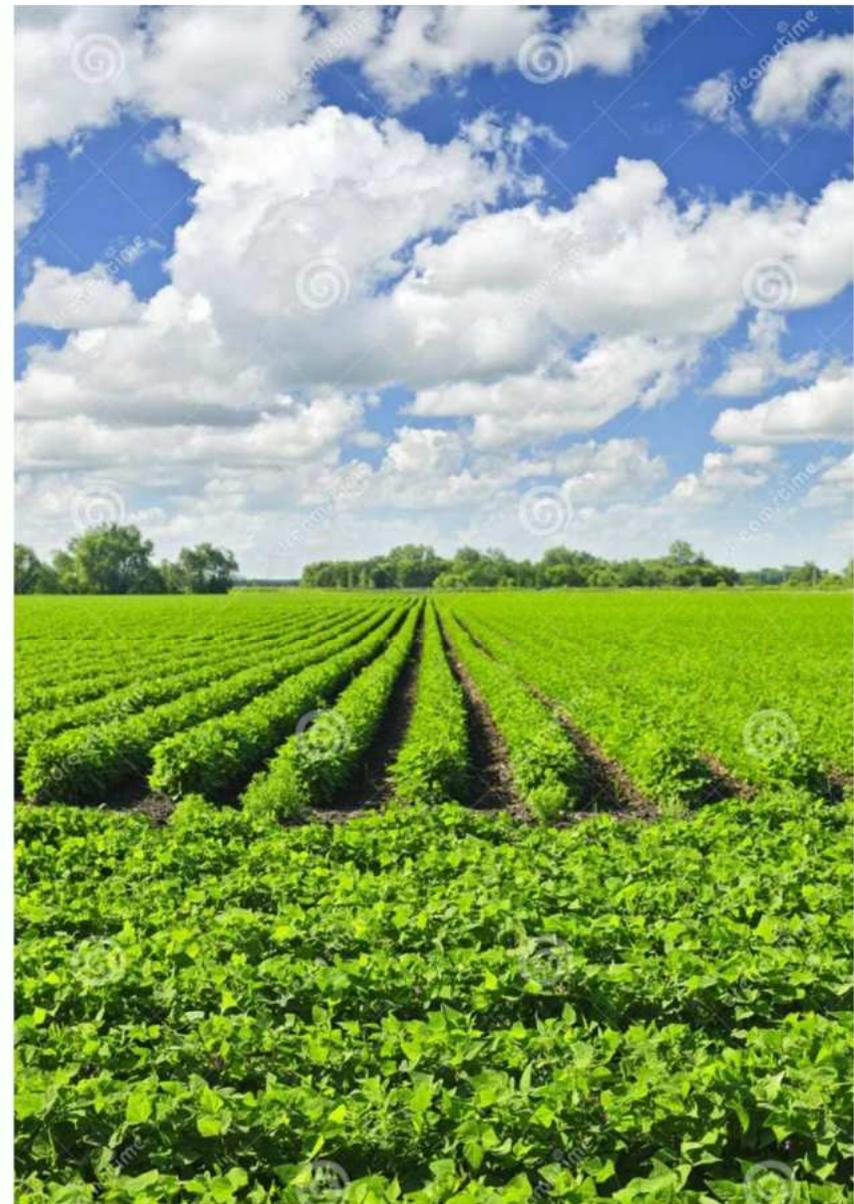
A substituição do VTN autodeclarado pelo valor apurado pelo Incra pode corrigir a subavaliação da base de cálculo do imposto.

Revisão dos Índices de Produtividade

A atualização dos índices mínimos de produtividade agrícola, considerando os avanços das últimas décadas, é crucial para alinhar o ITR à realidade.

Redução do Tamanho do Módulo Fiscal

Diminuir o tamanho do módulo fiscal, em consonância com a revisão dos índices de produtividade, tornaria mais rigorosos os critérios para a caracterização de uma propriedade como produtiva.



Impactos na Política Agrária



Redistribuição Fundiária

O aumento da arrecadação e a aplicação mais rigorosa do imposto podem desestimular a especulação imobiliária, promovendo a redistribuição de terras improdutivas.



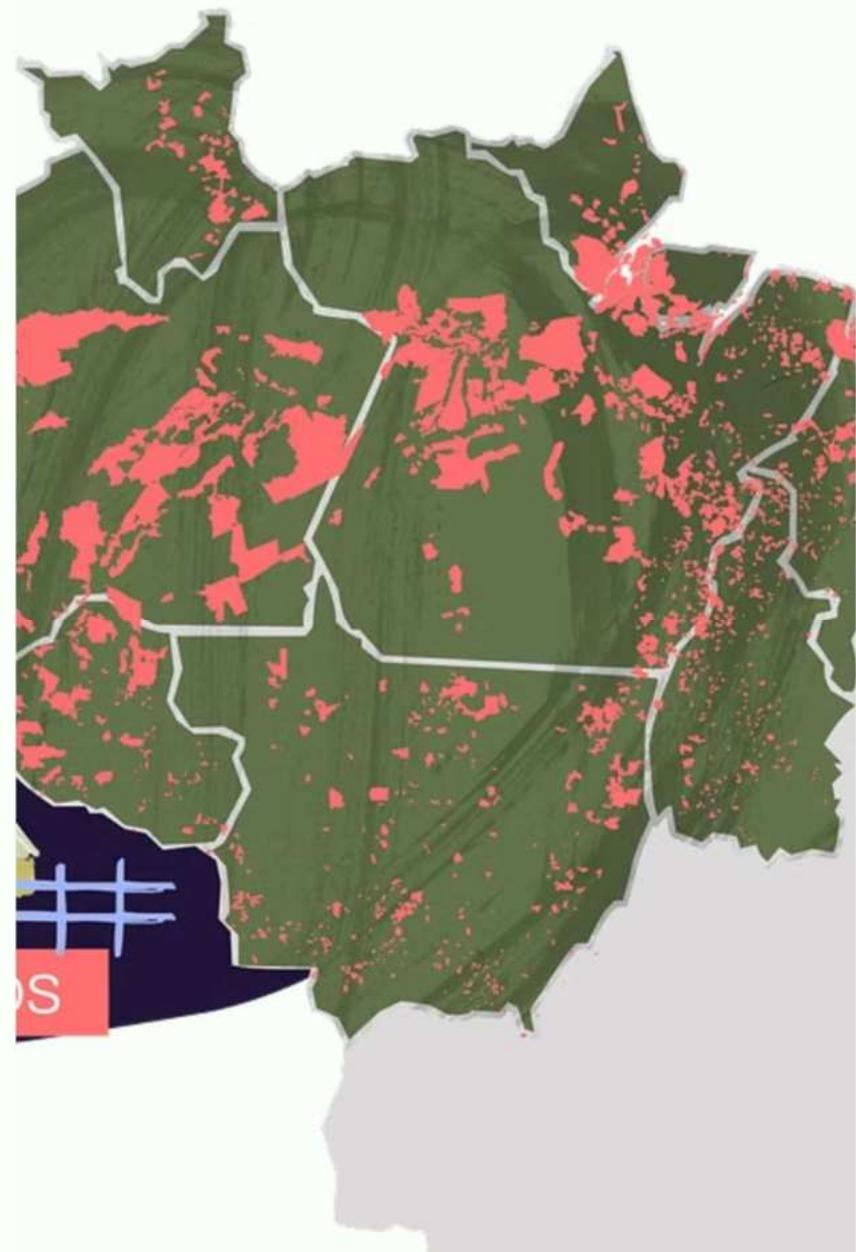
Justiça Tributária

A atualização dos parâmetros do ITR tornaria o sistema tributário mais equitativo, reduzindo as desigualdades entre os contribuintes rurais e urbanos.



Sustentabilidade Ambiental

A integração de critérios ambientais na apuração do ITR, como a obrigatoriedade de inscrição no CAR, pode incentivar a preservação de áreas nativas e práticas agrícolas sustentáveis.





Revisão dos Índices de Produtividade e Impactos na Arrecadação

Evolução da Produtividade

Entre 1970 e 2020, a produtividade agrícola brasileira cresceu mais de 400%, impulsionada pela Revolução Verde, pela expansão do agronegócio e pelos investimentos em pesquisa agropecuária.

1

Necessidade de Atualização

Os dados mostram a necessidade urgente de atualização dos índices para refletir a realidade da produtividade agrícola atual.

2

3

Desatualização dos Índices

Os índices de produtividade do Inca permanecem baseados nos padrões da década de 1970, distorcendo a análise da eficiência das propriedades.

Produtividade da Soja no Brasil (1970–2020) - IBGE, PAM.

Ano	Produtividade (t/ha)	Crescimento Acumulado (%)
1970	1,2	—
1990	2,3	91,7
2020	3,9	225,0



Diminuição do Tamanho do Módulo Fiscal

1

Modernização Agrícola

A modernização agrícola reduziu a área necessária para se alcançar a viabilidade econômica, justificando a reavaliação do módulo fiscal.

2

Proposta de Redução

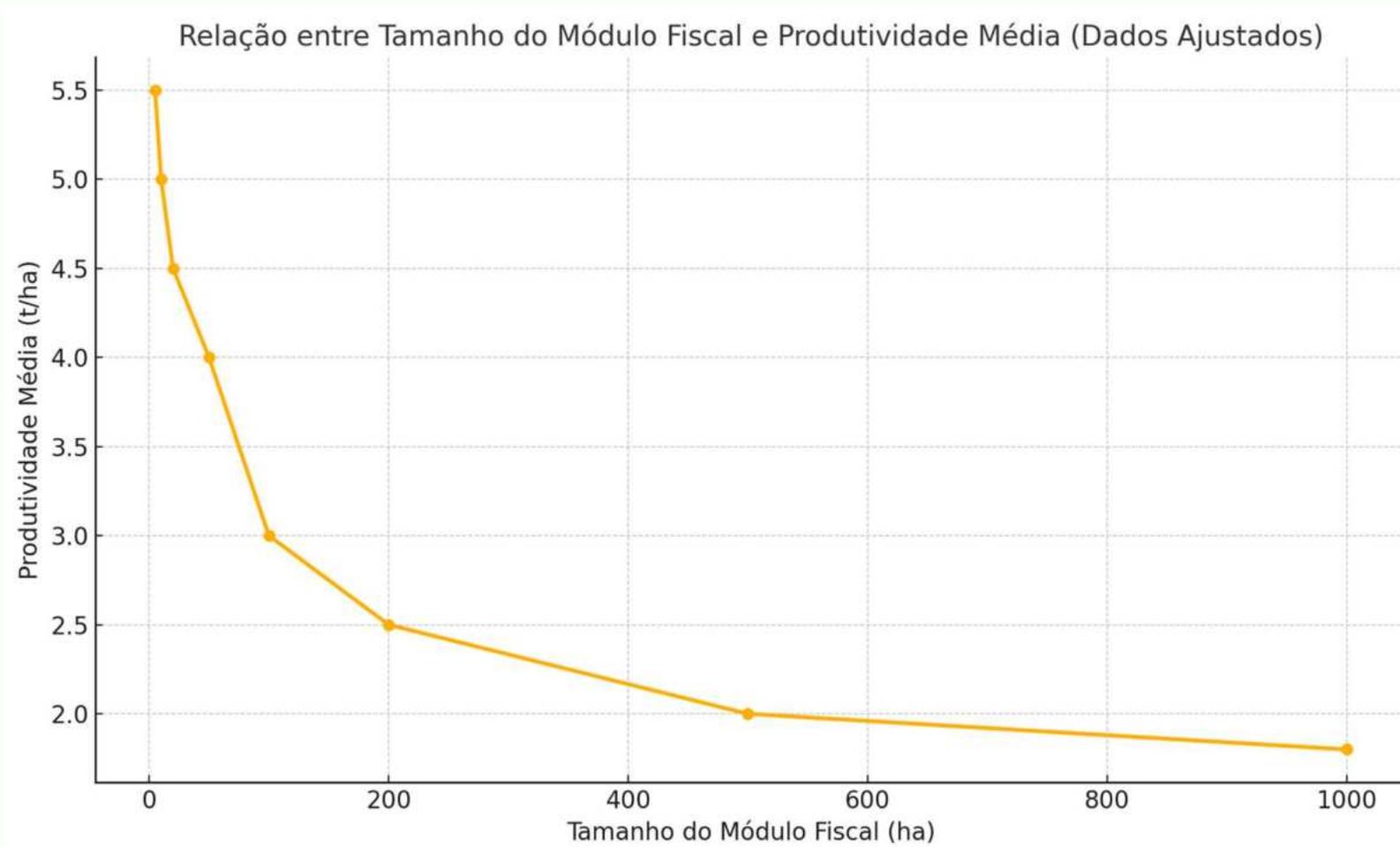
A revisão dos módulos fiscais pode aumentar a base de arrecadação do ITR, pois mais propriedades seriam enquadradas como grandes ou improdutivas.

3

Distribuição Equitativa

A redução do módulo fiscal também fomentaria uma distribuição mais equitativa das terras, ao reduzir os incentivos para manter grandes áreas ociosas.





Fonte: Análise de Tendências a partir do Censo Agropecuário de 2017





ITR

Impacto na Arrecadação do ITR com Reformas Propostas

2,76

Atual

Arrecadação atual do ITR.

4,15

Revisão do VTN

Arrecadação estimada com a revisão do VTN pelo Incra.

6,20

Atualização de Índices

Arrecadação estimada com a atualização dos índices de produtividade.

8,28

Redução do Módulo

Arrecadação estimada com a redução do módulo fiscal.

sobre a Propriedade Territo



Políticas Agrárias e Redistribuição de Terras

A Função Social da Propriedade

A Constituição Federal de 1988 determina que a propriedade rural deve cumprir uma função social, sendo produtiva e respeitando os critérios ambientais e trabalhistas. As reformas no ITR, ao tornarem o tributo mais rigoroso, podem estimular a ocupação produtiva das terras, combater a especulação fundiária e promover a reforma agrária.

Exemplos Internacionais

Países como o Reino Unido e a Nova Zelândia implementaram impostos progressivos sobre terras improdutivas, gerando benefícios econômicos e sociais. No Brasil, a modernização do ITR pode seguir esse modelo, alavancando a justiça tributária e ambiental.

Sustentabilidade Ambiental e o Papel do ITR

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) pode ser integrado à base de cálculo do ITR, vinculando o cumprimento de obrigações ambientais ao pagamento do imposto. Propriedades que não respeitam a legislação ambiental poderiam perder os benefícios fiscais, aumentando a arrecadação e incentivando práticas sustentáveis.





Conclusão: Um ITR Mais Eficiente para o Brasil

As reformas propostas para o ITR têm o potencial de transformar o tributo em um instrumento eficiente de política pública, promovendo a justiça tributária, a sustentabilidade ambiental e a redistribuição de terras. A atualização dos parâmetros do ITR, a revisão dos índices de produtividade e a redução do módulo fiscal são medidas essenciais para garantir a justiça tributária e o desenvolvimento sustentável do Brasil.

